

14

O desempenho da economia na Região Centro-Oeste

JÚLIO FLÁVIO GAMEIRO MIRAGAYA

RESUMO

O Centro-Oeste tem sido, nas últimas quatro décadas, a região que tem apresentado o melhor desempenho econômico entre as macrorregiões brasileiras, tendo sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional saltado de 3,8% em 1970 para os 10% atuais. Esse processo de expansão da atividade econômica iniciou-se no começo do século XX, avançou com a Marcha para o Oeste e consolidou-se com a fundação de Brasília. O rápido crescimento regional baseou-se, inicialmente, na ampla incorporação de terras à produção agropecuária e, a partir da década de 1980, no excepcional aumento da produtividade, tendo a soja como motor principal desse processo. Entretanto, não obstante o excepcional avanço da atividade, o Centro-Oeste permanece com um baixíssimo grau de industrialização, respondendo por apenas 4% da produção industrial nacional. A região deve, portanto, almejar a industrialização como forma de dar um salto qualitativo em sua estrutura produtiva.

ABSTRACT

Brazil's Central-West, over the last four decades, has been the region which has shown the best economic performance among the country's macro regions. Its share of GDP rose from 3.8% in 1970 to the current 10%. This growth in economic activity began in the early 20th century, moved forward with the "March-to-the-West" movement, and was consolidated when Brasília was founded. Rapid regional growth was initially based on the extensive incorporation of land in agriculture and cattle-raising and, from the late 1980s, on the exceptional increase in productivity, of which soybean was the main driving force. However, despite the exceptional advances in activity, the Central-West still has very little industrialization, accounting for only 4% of national industrial output. The region, therefore, must move towards industrialization as a way to induce a qualitative leap in its production structure.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL

O Centro-Oeste tem sido, nas últimas quatro décadas, a região com melhor desempenho econômico entre as macrorregiões brasileiras. Sua participação no PIB nacional, que em 1970 era

de 3,8%, passou para os cerca de 10% atuais, o equivalente a R\$ 480 bilhões. Esse processo de expansão da atividade econômica teve início no começo do século XX com um notável processo de ocupação e desenvolvimento econômico da região oeste (aqui considerando o Centro-Oeste ampliado,¹ incluindo os estados do Tocantins e de Rondônia), e teve na fundação de Brasília a expressão maior do processo de interiorização da ocupação e do desenvolvimento do Brasil.

Do início do século XX até o fim da década de 1950, a região recebeu expressivas correntes migratórias que propiciaram um substancial aumento do contingente populacional e da atividade econômica. Estimulada pelo processo de “espraiamento” da economia paulista para além das barrancas dos rios Paraná e Paranaíba, a ocupação da região sofreu forte aceleração nas seis primeiras décadas do século passado e sua população saltou de 370 mil para 3 milhões. De outro lado, a atividade econômica ampliou-se enormemente com a produção de grãos: cresceu de 210 mil para 1,46 milhão de toneladas entre 1920 e 1960, e a criação de gado passou de 5,85 milhões para 10,75 milhões de cabeças no mesmo período.

Contudo, foi a partir da fundação de Brasília, em 1960, que o processo de ocupação do oeste brasileiro ganhou uma dimensão ainda maior, cumprindo a função de força motriz do processo de interiorização da economia brasileira, tendo funcionado, também, como ponto de recepção de migrantes das distintas regiões litorâneas e de distribuição rumo às terras desocupadas do oeste, beneficiando-se do fato de ser o epicentro da malha

¹ A Região Centro-Oeste ampliada compreende, além de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, os estados do Tocantins e de Rondônia, ambos situados na Região Norte, mas com fortes vínculos econômicos e históricos com o Centro-Oeste. O estado de Rondônia foi criado em 1943 (ainda como território federal, denominado Guaporé), formado principalmente com terras de Mato Grosso e, em pequena escala, do Amazonas. Já o estado do Tocantins foi criado em 1988, emancipado de Goiás. Com a incorporação dos dois estados, ampliou-se a Região Norte para 2,12 milhões de km² (25% do território brasileiro).

rodoviária nacional, então em estruturação, passando por exponencial expansão nas décadas seguintes.

Dessa forma, entre 1960 e 2013, a população da região quase sextuplicou e alcançou 18,2 milhões (9,0% do total nacional); a produção de grãos cresceu para 82 milhões de toneladas em 2013 (43,5% do total nacional); e o rebanho bovino para quase 93 milhões de cabeças no mesmo ano (44% do total nacional).

Embora seja ainda uma região de fronteira agrícola, a taxa de urbanização chegou a 85%, a segunda maior do Brasil, graças, principalmente, ao modelo agrário predominante. Nela encontram-se duas das principais áreas metropolitanas do país: Brasília, que tem 3,9 milhões de habitantes; e Goiânia, cerca de 2,3 milhões. Com a aglomeração urbana de Anápolis, formam o Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, que tem população superior a 6,6 milhões de habitantes, com renda disponível para consumo de quase R\$ 140 bilhões, o terceiro maior mercado do país, superado apenas pelas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

A DINÂMICA ECONÔMICA DA REGIÃO NO PERÍODO RECENTE

No período 1960-1980, o rápido crescimento da economia do Centro-Oeste deu-se baseado na atividade agropecuária, e a expansão desta se fez, sobretudo, pela ampla incorporação de terras ao processo produtivo. A partir da década de 1980, o oeste brasileiro tem assentado o crescimento de sua economia e da atividade agropecuária essencialmente em um excepcional aumento da produtividade de suas culturas agrícolas.

Sem dúvida, a grande responsável por essa verdadeira revolução no campo foi a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), fundada em 1973, com o desenvolvimento de sementes de soja, milho, feijão e algodão – adaptadas ao solo do Cerrado – resistentes, de elevada produtividade, fornecidas a baixo

custo aos produtores. Paralelamente, houve a ampliação das áreas irrigadas e o desenvolvimento de tecnologias de correção e manejo do solo, de rotação de culturas, de controle de pragas e de adubação.

Apesar de o maior progresso realizado pela Embrapa ter sido registrado na pesquisa de grãos, deve-se registrar que a pesquisa na área da pecuária, especialmente na bovinocultura, teve enorme impacto na economia regional. Como exemplo, em três décadas, o tempo médio para o gado atingir o peso de abate caiu de 72 meses para 24 meses, em média, na região.

O desenvolvimento tecnológico no campo ocorrido no Brasil nesse período, e com resultados extraordinários no Centro-Oeste, caracterizou-se, em suas primeiras fases, pela concentração das atividades modernas e dinâmicas, tanto do ponto de vista econômico quanto geográfico. Apenas em sua última fase, já consolidado um capitalismo maduro, é que vai ocorrer uma difusão da modernização desses capitais à tecnologia e às formas de organização. O progresso da biotecnologia e a possibilidade de criar e adaptar sementes permitiram, no espaço de duas gerações, transformar o Cerrado que parecia um deserto em uma imensa e próspera região agrícola.

E o motor principal desse processo foi, sem dúvida, a soja. De fato, ao longo desses dois decênios, a soja ganhou as terras do Cerrado – parte delas anteriormente ocupada pelo arroz – e avançou em direção às bordas da Floresta Amazônica, mudando o aspecto da região.

Em 1975, o Brasil cultivava 5,65 milhões de hectares de soja e já era o segundo produtor e exportador mundial, estando a produção fortemente concentrada na Região Sul e secundariamente em São Paulo e Minas Gerais (região do Triângulo). O cultivo da leguminosa no Centro-Oeste começou muito timidamente nos anos de 1970 como um espraiamento do cultivo na Região Sul. A partir do noroeste do Paraná, o cultivo alcançou o sul do

Mato Grosso do Sul (região de Dourados) e, a partir do Triângulo Mineiro, atingiu o sudeste e o sudoeste de Goiás. Em 1975, a região cultivava 180 mil hectares da leguminosa (3,3% do total nacional) e, em 1980, a área cultivada avançou para 880 mil hectares (11,3% do país), ainda muito concentrada no sudeste do Mato Grosso do Sul e no sul goiano, mas já tendo Mato Grosso colhido 56 mil hectares.

Em 1985, a região respondia por 25,4% da área colhida com soja no Brasil ou 2,45 milhões de hectares, sendo o Mato Grosso do Sul ainda o maior produtor regional, mas Goiás tendo sido superado por Mato Grosso, onde despontava a região de Rondonópolis. Em 1995, a área cultivada subiu para 3,38 milhões de hectares (35,7% da área do país), já aparecendo Mato Grosso como o principal produtor da região, com o crescente cultivo do produto no norte do estado, entre Cuiabá e a fronteira com o Pará.

Em 2000, a soja cultivada na região (5,6 milhões de hectares) já representava 41% do total cultivado no Brasil, percentual que cresceu para cerca de 48,4% na safra de 2005, quando foram colhidos mais de 11,3 milhões de hectares – constituindo-se já na principal região produtora do Brasil –, área e percentual que praticamente se mantiveram em 2010. Para se ter uma real dimensão da acelerada expansão da soja na Região Centro-Oeste, deve-se registrar que ela respondeu por 1,5% da ampliação da área plantada com soja no país no período 1960-1970; por 15,3% no período 1970-1980; e por nada menos que 79,7% no período 1980-2010. Em 2013, a área plantada com soja cresceu para 13,6 milhões de hectares, e a previsão para 2014 é de 14,54 milhões de hectares (49,1% da área total nacional). Mas, se a incorporação de novas áreas à exploração agrícola na região foi extraordinária nas últimas décadas, mais notável ainda foi o desempenho da produtividade: a área cultivada passou de 6,9 milhões de hectares, em 1980, para quase 11 milhões em 2000 e superou os 24 milhões em 2013. Dos seis principais grãos culti-

vados, apenas no caso do arroz a produtividade média da Região Centro-Oeste ficou abaixo da média nacional, em razão, sobretudo, do excepcional rendimento médio da rizicultura gaúcha. Entretanto, mesmo neste caso, a produtividade cresceu 167%, saltando de 1.120 kg/ha em 1980 para 2.985 kg/ha em 2010. No caso da soja, aumentou em 83%, passando de 1.657 kg/ha em 1980 para 3.038 kg/ha em 2010.

Deve-se destacar também o avanço da atividade pecuária regional. A área total de pastagens (naturais e plantadas) teve um pequeno crescimento de 7,8% entre 1980 e 1995, passando de 68,4 milhões de hectares para 76,8 milhões, enquanto o efetivo bovino quase duplicou no mesmo período, saltando de 33,93 milhões para 64,53 milhões, fazendo com que a taxa de lotação saltasse de 0,50 cabeças/hectare para 0,84 cabeças/hectare.

Já entre 1995 e 2010, houve uma redução substantiva da área ocupada com pastos para 65,8 milhões de hectares, mas o efetivo bovino permaneceu em expansão, alcançando 92,4 milhões de cabeças, com a taxa de lotação saltando para 1,40 cabeças/hectare. Tão expressivo aumento da taxa de lotação em período tão curto decorreu da crescente substituição das pastagens naturais por pastagens plantadas, resultando em significativos ganhos de produtividade.

Do mesmo modo, a produção de leite avançou de forma ainda mais expressiva, tendo crescido 170% no período, alcançando mais de 5 bilhões de litros ou 20% da produção brasileira. Outros segmentos da pecuária avançaram, como a suinocultura e a ovinocultura, mas, sobretudo, o setor de aves teve desempenho excepcional. Entre 1980 e 2010, o efetivo avícola na região cresceu quase 500%, saltando de 20,7 milhões para 120 milhões de cabeças.

O processo de modernização acelerada do setor agrário na região se expressa também na redução do contingente de pessoas ocupadas e na mecanização crescente da atividade agrí-

cola, com significativo impacto social. Existem na região cerca de 150 mil famílias de agricultores (proprietários, arrendatários, parceiros, posseiros, cessionários) com acesso precário a terra (insuficiência de área), o que significa em torno de 40% das famílias rurais e cerca de 330 mil assalariados dependentes exclusiva ou majoritariamente da renda proveniente da agricultura.

Não obstante as distorções geradas no quadro social, a expressiva expansão da atividade agropecuária representou uma mudança no panorama econômico regional. Um dos segmentos que se beneficiou dessa situação foi a indústria de alimentos. Os maiores destaques ficam com: a indústria de esmagamento e processamento de soja; a indústria de ração animal; a indústria frigorífica (incluindo, além da carne bovina, a suína e de frango); e a indústria de laticínios.

Desenvolveram-se também de forma expressiva as indústrias de processamento de couro, de algodão e do setor sucroalcooleiro. Da mesma forma, alguns setores voltados para o suprimento da agropecuária expandiram-se. Foi o caso da indústria de fertilizantes (que vai constituir em Uberaba, às portas do Centro-Oeste, o principal parque do país), da indústria de sementes e da indústria de implementos agrícolas.

Outra consequência notável da mecanização foi o desenvolvimento do setor terciário, estimulado pela forte demanda do setor agroindustrial, pelos grandes investimentos demandados em infraestrutura e, obviamente, pelo consumo de uma população em intenso processo de urbanização. Dessa forma, considerando o fraco desempenho da economia brasileira nas décadas de 1980 e de 1990, a *performance* dos principais núcleos urbanos da Região Centro-Oeste pode ser tida como destacada.

Decerto, malgrado as graves questões sociais, foi a Região Centro-Oeste a que apresentou melhor desempenho econômico ao longo das últimas cinco décadas, desde a de 1960. Mesmo considerando o maior crescimento populacional da região, ob-

serva-se que o Centro-Oeste avançou de forma expressiva em termos de PIB *per capita*, tendo passado de pouco menos de 70% da média nacional, na década de 1970, para o patamar atual de 115%.

FLUXOS MIGRATÓRIOS, CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E URBANIZAÇÃO ACELERADA

Em relação ao crescimento demográfico, a população regional passou de 8,04 milhões para 18,2 milhões de habitantes entre 1980 e 2013, aumentando sua participação no total da população brasileira de 6,8% para 9,0%. O crescimento populacional na região tem-se situado em cerca de um ponto percentual ao ano acima da média nacional, sugerindo a absorção média anual superior a 100 mil migrantes. Essas correntes migratórias são majoritariamente provenientes do Nordeste (especialmente Bahia, Piauí e Maranhão), de Minas Gerais, e, mais recentemente, incorporam parcelas expressivas advindas da Região Sul e destinam-se, sobretudo, às áreas metropolitanas de Brasília e de Goiânia.

Segundo o Censo Demográfico de 2000, o contingente de migrantes representava expressivos 29,8% da população total da região, ao passo que apenas 11,7% no Sudeste, 11,4% no Norte, 5,5% no Sul e 2,2% no Nordeste. Tais números revelam a importância das correntes migratórias para a região. Uma parte expressiva, senão majoritária desses migrantes, por ser de origem rural e por estar se deslocando para uma região de fronteira agrícola, buscou uma colocação no campo. Mas, diferentemente do quadro existente no período 1960-1980, em virtude da modernização e da capitalização da atividade agropecuária, o meio rural do Centro-Oeste não mais os absorvia; ao contrário, suprimia postos de trabalho e expulsava população.

Dessa forma, a alternativa para essas pessoas passou a ser o deslocamento para os centros urbanos da região, o que vai ex-

plicar o excepcional crescimento da taxa de urbanização local. Essa movimentação significou um acentuado crescimento demográfico dos principais núcleos urbanos regionais, notadamente aqueles que polarizam as regiões agrícolas mais prósperas. Nessas cidades, tem ocorrido uma relativa oferta de empregos, seja no setor terciário voltado para o atendimento das demandas da atividade agropecuária, seja na emergente atividade agroindustrial, seja como assalariado temporário em atividades agrícolas.

Esses centros urbanos consolidaram-se como polos das áreas onde predomina a atividade agrária moderna e capitalista, tecnificada e de elevada produtividade, constituindo-se em verdadeiros bolsões de prosperidade, dividindo espaço com outras áreas onde prevalece uma agricultura atrasada, de subsistência e de baixíssima produtividade e cujos núcleos urbanos encontram-se absolutamente estagnados. A prosperidade de algumas áreas contrasta com a estagnação observada em vastas porções do território da região, como o centro-norte goiano, o leste e nordeste mato-grossense, o centro-norte e a zona pantaneira do Mato Grosso do Sul.

O PAPEL DE BRASÍLIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A FORMAÇÃO DO EIXO BRASÍLIA-ANÁPOLIS-GOIÂNIA

O que Brasília tem de singular? A principal vocação estratégica de Brasília, ou mais precisamente do Eixo Brasília-Goiânia, continua sendo sua condição de “portão de entrada” para a mais dinâmica região do país, estando no entroncamento de dois dos principais eixos de conexão do país: ao sul, com os principais mercados consumidores e grandes portos exportadores (Santos, Paranaguá, Sepetiba e Tubarão); e ao norte, com os portos de Itaquí (São Luís) e Vila do Conde (Belém).

As escalas das transformações ocorridas na Região Centro-Oeste no último século, e, particularmente, nas últimas cinco

décadas, foram de tal magnitude, que colocaram a região em uma situação de relativo destaque no cenário nacional. Hoje, contudo, trata-se de definir novos rumos. A questão da industrialização tem enorme relevância. Durante muitos anos, os investimentos industriais não somente deixaram de ser estimulados no Distrito Federal (DF), mas foram mesmo desestimulados, na medida em que a cidade foi planejada para desempenhar exclusivamente funções de natureza político-administrativa.

Uma das consequências mais marcantes do processo de ocupação e desenvolvimento da Região Centro-Oeste foi a extraordinária expansão de suas duas principais cidades: Brasília e Goiânia. Distantes entre si pouco mais de 200 km, as duas cidades desenvolveram-se quase alheias uma à outra, mas nos últimos anos a intensificação dos fluxos econômicos com a região de influência comum e objetivos estratégicos convergentes as têm aproximado. Atualmente, desenha-se claramente um eixo de desenvolvimento interligando as áreas metropolitanas de Brasília e Goiânia, incluindo a aglomeração urbana de Anápolis, localizada entre ambas.

Os desenvolvimentos das duas metrópoles obedeceram, contudo, a processos distintos. Em suas duas primeiras décadas de existência, Brasília teve seu dinamismo garantido pelo processo de consolidação como capital da República, compreendendo a forte atividade de construção e sua constituição em centro político-administrativo, atraindo fluxos migratórios das mais diversas partes do país. Em 1970, sua população já superava os 500 mil habitantes e, em 1980, aproximava-se de 1,2 milhão. E o crescimento, que esteve circunscrito aos limites do quadrilátero, extrapolou esses limites iniciando a formação de um aglomerado urbano com vários municípios goianos em seu entorno, constituindo-se em uma efetiva área metropolitana.

Esse processo tem sido alimentado por fortes e crescentes fluxos migratórios. Estima-se, com base em dados dos Censos

Demográficos de 2000 e de 2010, em cerca de 50 mil/ano o fluxo líquido de migrantes para a área metropolitana de Brasília nas décadas de 1990 e de 2000, sendo cerca de 40% no DF e 60% nos municípios da periferia metropolitana, o chamado Entorno Metropolitano. Em 2013, a área metropolitana de Brasília alcançou população de 3,9 milhões de habitantes.

Já o surgimento de Goiânia foi decorrência do deslocamento do eixo dinâmico da economia estadual de sua região oeste, polarizada pela Cidade de Goiás, decadente núcleo urbano do ciclo da mineração, para a região sudeste, onde despontavam as cidades de Ipameri, Catalão e principalmente Anápolis. Construída a partir de 1933, e capital estadual a partir de 1937, a transferência das atividades político-administrativas e as demandas por elas geradas foram o primeiro impulso para o crescimento da cidade. Em 1940, já era a principal cidade do estado, com 40 mil habitantes, dos quais apenas 15 mil em sua área urbana.

Na década de 1940, em pleno processo da Marcha para Oeste, movimento lançado no fim da década anterior pelo Governo Vargas, Goiânia consolidou-se como a mais populosa cidade do estado, mas ainda travava disputa com Anápolis pela condição de principal centro econômico. Esta se tornara o maior centro do comércio atacadista goiano e beneficiara-se da expressiva expansão da rizicultura no estado. Era para essa cidade que convergia a quase totalidade da produção de arroz goiano (e parte da produção do norte de Mato Grosso) destinada ao beneficiamento e à comercialização.

A disputa econômica com Anápolis só se resolveu a favor de Goiânia na década de 1950, quando ela passou a dividir com Uberlândia a condição de principal entreposto de comercialização da produção agrícola do sudoeste goiano, região que rapidamente se constituiu na principal área de atividade agropecuária do estado. Em 1950, alcançava a condição de principal cidade do Centro-Oeste, com 76 mil habitantes e consolidando-se como principal

centro comercial e de serviços de uma economia em franca expansão, passando a receber importantes contingentes migratórios, principalmente do interior do estado e de Minas Gerais.

Em 1960, quando Brasília foi fundada, Goiânia já comportava uma população urbana de 132 mil pessoas, e a população no conjunto dos municípios, que hoje formam sua área metropolitana, alcançava 182 mil habitantes. No decorrer das décadas de 1950 e 1960, a cidade ampliou suas funções econômicas, tornando-se então o principal centro de suprimento de bens e serviços para as regiões agrícolas do estado, notadamente a próspera região sudoeste. Em 1970, a população da cidade alcançava 380 mil habitantes e já começava a se desenhar sua futura área metropolitana, somando com os municípios vizinhos 424 mil habitantes.

A década de 1970 vai ser a de transição da atividade agrária na Região Centro-Oeste, de seu estágio semicapitalista para o de plena hegemonia capitalista, processo que se vai consolidar nas duas décadas seguintes. Esse processo de modernização da atividade agrícola regional teve em Goiânia seu centro difusor. A cidade comandou a acentuada expansão do consumo intermediário (fertilizantes, sementes, implementos agrícolas etc.), resultando na forte expansão da produtividade e no consequente aumento da produção e colheu as vantagens desse processo, pois ampliou sua influência para além das fronteiras do estado e para ela passou a convergir grande parte das riquezas geradas em sua ampla área de influência.

Em 1980, a população de sua área metropolitana ganha contornos mais definidos, duplicando para 808 mil habitantes. Posteriormente, cresceu para 1,2 milhão em 1991; 1,6 milhão em 2000; alcançando o patamar de 2,3 milhões em 2013, consolidando-se efetivamente como uma das principais metrópoles nacionais. Nesse contexto de rápida ocupação e transformação do Centro-Oeste brasileiro, o notável crescimento de Brasília, o igualmente acelerado crescimento de Goiânia e a emergência

de ambas como metrópoles nacionais firmaram essas duas cidades como polos de toda a região, consolidando um novo eixo de desenvolvimento formado por Brasília-Anápolis-Goiânia.²

Em resumo, entre 1970 e 2013, a área metropolitana de Brasília cresceu de 625 mil para 3,9 milhões de habitantes; a de Goiânia, de 425 mil para 2,3 milhões; e a da Aglomeração Urbana de Anápolis, de 120 mil para 400 mil. No total, a população cresceu de 1,17 milhão para 6,6 milhões. Nada menos que 40% do crescimento da população urbana de toda a Região Centro-Oeste concentrou-se nesse eixo.

AS RAÍZES HISTÓRICAS DO BAIXO NÍVEL DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA REGIÃO

Não obstante o avanço ocorrido nas duas últimas décadas, o Centro-Oeste permanece com um baixíssimo grau de industrialização de sua economia, situando-se no último posto entre as cinco macrorregiões do país, tendo respondido em 2011 por cerca de 4% da produção industrial do Brasil, percentagem muito inferior à participação da região no PIB nacional (10%). De todo modo, ela vem crescendo, pois essa participação era de apenas 1,8% em 1990; de 1,1% em 1980; e de 0,8% em 1970. Para efeito de comparação, Santa Catarina, com população equivalente a um terço da existente no Centro-Oeste, ostentava em 2011 uma produção industrial de quase 6% do total nacional.

Certamente, o baixo grau de industrialização da região está relacionado à inegável vocação do Centro-Oeste para a atividade agropecuária e à formação muito recente de sua economia. Talvez o fator decisivo tenha sido o fato de o Estado brasileiro,

² O Eixo Brasília-Goiânia é apresentado neste estudo como um eixo de desenvolvimento compreendendo a área metropolitana de Brasília, a área metropolitana de Goiânia e a aglomeração urbana de Anápolis. Sua proposição foi feita no estudo "O Eixo Brasília-Goiânia como foco dinâmico da economia do Brasil Central", elaborado em março de 2000 pelo então presidente do Sindicato dos Economistas/DF, Júlio Miragaya. Essa definição foi adotada pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Governo de Goiás no estudo "Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília", elaborado em 2002.

na fase mais importante do desenvolvimento industrial, quando teve papel ativo na definição da localização dos investimentos industriais por meio de projetos estatais ou de políticas que favoreciam a desconcentração industrial, não ter dedicado ao Centro-Oeste a mesma atenção dada às demais regiões periféricas (Nordeste, Norte e Sul).

A ausência de estímulo à atividade industrial não atingiu apenas Brasília, mas praticamente toda a Região Centro-Oeste, embora em menor intensidade. Expressão disso foi que, entre todas as superintendências de desenvolvimento regionais criadas (e que tinham um forte objetivo de promoção da industrialização), a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) foi a última a ser criada, a que dispôs de menor estrutura e suporte por parte do governo federal e a primeira a ser extinta.

Mais do que isso, enquanto as demais regiões foram contempladas com instituições financeiras federais de fomento, tais como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), na Região Nordeste; o Banco da Amazônia (Basa), na Região Norte; e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), na Região Sul; o Centro-Oeste ficou privado de tal instrumento de fundamental importância para a promoção do desenvolvimento econômico, particularmente o industrial.

A partir dos anos 1980, quando o país vivenciou um intenso processo de desconcentração industrial, com o deslocamento dessas atividades das áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro em direção aos estados da Região Sul, ao centro-sul de Minas Gerais e ao interior de São Paulo, o Centro-Oeste e Brasília mais uma vez se viram excluídos.

Do mesmo modo, não houve nenhum grande investimento industrial estatal na região, como a Zona Franca de Manaus e o Projeto Grande Carajás, na Região Norte; o Polo Petroquímico de Camaçari e o Complexo de Suape, no Nordeste; e o Polo Petroquí-

mico de Triunfo e a Refinaria de Araucária, na Região Sul. Não é fortuito, portanto, o reduzido grau de industrialização regional.

O PROCESSO EM CURSO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Em 1970, 57% do produto industrial brasileiro concentrava-se nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro (44% e 13%, respectivamente). Já em 1990, havia refluído para 33,4%. O deslocamento deu-se, sobretudo, em direção à Região Sul (de 12% para 17,4%), a Minas Gerais (de 6,3% para 8,8%) e notadamente ao interior de São Paulo (de 14% para 23%), formando um polígono que passa pela Grande Vitória, Região Metropolitana de Belo Horizonte, as aglomerações urbanas de Uberlândia, São José do Rio Preto e Londrina e a Região Metropolitana de Porto Alegre, ficando o Centro-Oeste e Brasília precisamente no limite externo desse polígono.

Esse processo, para alguns autores como Diniz em “A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas”, constitui-se, na verdade, em uma nova reconcentração, porém envolvendo um território muito mais amplo do que as duas grandes áreas metropolitanas do país. Mas o Centro-Oeste ficou às margens do processo de desconcentração espacial da atividade industrial, em curso no país nos últimos trinta anos.

Nesses últimos anos, vultosos investimentos têm sido feitos nessa área de expansão industrial (duplicação de rodovias; novos gasodutos; investimentos em ampliação; e melhoria das malhas ferroviária e hidroviária), inversões que tendem a acentuar as vantagens comparativas locais da região em relação às demais áreas do país. A simples observação do mapa permite constatar que o Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia fica exatamente no limite exterior desse contorno, do processo de desconcentração espacial da indústria, assim como tem ficado também às margens desses novos investimentos em infraestrutura.

OS PONTOS DE ESTRANGULAMENTO NA INFRAESTRUTURA

É preciso ter claro que a consolidação do processo de desenvolvimento, e, em um sentido mais específico, de industrialização da região, não vai se dar por acaso. Se é verdade que algumas condições fundamentais estão dadas, como a existência de um amplo mercado consumidor e grande disponibilidade de vários insumos industriais, há grandes entraves na área de infraestrutura, e uma boa oferta nesse setor é fator decisivo na alocação dos investimentos industriais.

Ocorre que, nos últimos anos, os principais investimentos em infraestrutura têm-se concentrado no polígono anteriormente descrito, tais como a Rodovia do Mercosul (duplicação das rodovias que interligam Belo Horizonte-São Paulo-Curitiba-Florianópolis-Porto Alegre); o gasoduto Brasil-Bolívia e o ramal São Paulo-Porto Alegre; a Hidrovia do Paraná-Tietê etc. – inversões que tendem a acentuar as vantagens comparativas locais dessa região em relação às demais áreas do país.

Não obstante o expressivo desempenho da economia regional nos últimos anos, o Centro-Oeste ainda apresenta inúmeros gargalos em sua infraestrutura que impedem uma melhor *performance* de sua economia. Tais gargalos encontram-se notadamente nas áreas de transportes e de energia. A insignificante malha ferroviária regional, a insuficiente e precária rede rodoviária e a subutilizada rede hidroviária acarretam graves dificuldades para o escoamento da enorme e crescente safra de grãos, tanto para os principais centros urbanos do país quanto para o mercado externo.

AS OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO E A EXPANSÃO INDUSTRIAL

Viu-se que alguns gargalos persistem e entravam as perspectivas de um efetivo desenvolvimento industrial, e eles locali-

zam-se principalmente na área de infraestrutura econômica. Dessa forma, a realização de investimentos em infraestrutura é uma condição básica para a região avançar em seu processo de desenvolvimento.

O Centro-Oeste deve almejar a industrialização como forma de dar um salto qualitativo em sua estrutura produtiva. É notório que o país vivencia, há cerca de trinta anos, um processo de desconcentração da atividade industrial. O desafio para a região é transpor a linha divisória do novo mapa da localização da indústria brasileira, inserir-se dentro dessa nova fronteira e capitalizar parte desse processo de realocização da atividade industrial, ainda em curso. Deve-se destacar a relativa proximidade do Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia com o eixo dinâmico da economia nacional.

Algumas condições para alcançar o objetivo estão dadas, como a existência de um amplo mercado consumidor (e, no caso do DF, com renda média acima do dobro da média nacional), o alto grau de instrução da população, razoável infraestrutura econômica, variada disponibilidade de insumos industriais e ampla base produtiva no setor agropecuário. Somente a Região Metropolitana de Brasília representa hoje mercado de 3,9 milhões de pessoas, com renda disponível para consumo de cerca de R\$ 90 bilhões (o equivalente a quase 3% do total nacional), configurando-se como o terceiro maior mercado consumidor do país. Se considerado o Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, esse mercado ascende a 6,6 milhões, com renda disponível para consumo em torno de R\$ 140 bilhões. Enfim, as condições para o desenvolvimento industrial da Região Centro-Oeste são amplamente favoráveis, devendo a sociedade local se armar de uma estratégia para sua efetiva promoção.

No caso específico da área metropolitana do DF, a estratégia de industrialização deve buscar atrair para o DF os segmentos intensivos em capital e tecnologia (informática, por exemplo) e

os segmentos intensivos em mão de obra para a periferia metropolitana (alimentação e bebidas, calçados e confecções, metalurgia, mobiliário etc.) mais adequados ao perfil da mão de obra local. Isso geraria pelo menos quatro consequências diretas e positivas para o DF: (i) reduziria a pressão sobre o mercado de trabalho do DF; (ii) atrairia investimentos em atividades de apoio ao setor industrial (serviços de manutenção, financeiros, de transporte, comercialização etc.), que em boa parte instalar-se-iam no DF; (iii) aumentaria o poder aquisitivo da população local, que em larga medida seria dispendido no DF; e (iv) elevaria a capacidade de arrecadação das prefeituras locais e, conseqüentemente, a capacidade de investimento na ampliação e melhoria dos serviços e equipamentos urbanos, reduzindo a pressão sobre esses segmentos do DF.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES NA REGIÃO

Entre os investimentos previstos e em curso na região, os principais concentram-se no setor de transportes. Dadas suas características específicas de grande produtora de *commodities* com longas distâncias, tanto em relação aos grandes centros consumidores quanto aos principais portos exportadores, a infraestrutura de transportes assume uma importância vital para a região. Atualmente, a insuficiente e precária rede rodoviária, a insignificante malha ferroviária regional e a subutilizada rede hidroviária acarretam graves dificuldades para o escoamento da enorme e crescente safra de grãos.

Quando se defronta com os problemas na logística de transportes, emerge o debate sobre as várias alternativas que existem e que efetivamente não têm sido devidamente consideradas. Tal situação deriva do desmonte da área de planejamento de transportes ocorrido no país nos últimos anos. Análise elementar, entretanto, revela que são várias as alternativas de escoamento da

produção agrária regional, com amplas vantagens comparativamente ao realizado pelos portos de Santos e Paranaguá. Essas várias alternativas de escoamento envolvem as três modalidades de transporte.

A Região Centro-Oeste tem dois principais eixos de conexão: (i) ao sul, com os principais mercados consumidores do país e grandes portos exportadores (Santos, Paranaguá, Sepetiba e Tubarão); e (ii) ao norte, com os portos de Itaquí, Belém e Vila do Conde e os localizados ao longo do rio Amazonas (Santarém e Miritituba), possibilitando acesso privilegiado aos mercados europeu, caribenho e norte-americano.

Há, ademais, duas outras conexões secundárias: (i) com os portos do Pacífico (Ilo, Mollendo e Matarani, no Peru, e Antofagasta, Arica e Iquique, no Chile), pela nova rodovia Transoceânica, possibilitando acesso aos mercados da Bacia do Pacífico com redução significativa nos custos de transporte das exportações de grãos direcionadas ao mercado asiático; e (ii) com a Bacia do Prata (rios Paraguai e Paraná), conectada aos mercados do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai).

São muitos os investimentos em infraestrutura necessários para alavancar a competitividade da atividade agropecuária regional e impulsionar um processo de industrialização. Em relação à ampliação e melhoria da malha rodoviária, além dos já citados, outros projetos são fundamentais para a região: pavimentação da BR-163 entre Guarantã do Norte (MT) e Santarém (PA), possibilitando o escoamento da safra do centro-norte mato-grossense com os portos da calha do rio Amazonas e a pavimentação da BR-158 entre Ribeirão Cascalheira (MT) e a fronteira MT-PA, permitindo o escoamento da safra do leste mato-grossense pelo porto de Itaquí (MA).

No plano rodoviário, deve ser citada ainda a pavimentação dos trechos da BR-230 (Transamazônica) entre Altamira e Marabá (500 km) e entre Altamira e Rurópolis (300 km), conec-

tando as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Também a pavimentação da BR-319, ligando Manaus a Porto Velho, e a construção de uma rodovia entre Itaituba e Itacoatiara (400 km), permitindo a ligação exclusivamente por via rodoviária entre Manaus e o Centro-Sul do país através da BR-163.

Em relação à ampliação da malha ferroviária na região, dois projetos estão em curso: (i) a extensão da Ferronorte desde Alto Araguaia, em direção a Rondonópolis e Cuiabá (facilitando a ligação do território mato-grossense com os portos de Santos e Paranaguá); e (ii) a extensão da Ferrovia Norte-Sul na direção do sul do estado de Tocantins e do centro de Goiás (conectando essa região com o porto de Itaqui). Nesse cenário, o porto de Itaqui surge como uma excepcional alternativa para o escoamento da produção da Região Centro-Oeste pela proximidade com as regiões produtoras, por ser um porto não saturado, apropriado à atracagem de grandes navios graneleiros, e por estar mais próximo dos mercados consumidores do Hemisfério Norte.

Destaque ainda para os projetos de implantação, pela Valec, da Ferrovia Oeste-Leste (Fiol), ligando Figueirópolis (TO), no traçado da Ferrovia Norte-Sul, ao porto de Ilhéus (BA), e da Ferrovia Centro-Oeste (Fico), ligando Uruaçu (GO), também na Ferrovia Norte-Sul, às cidades de Lucas do Rio Verde (MT) e Vilhena (RO), interligando o porto de Ilhéus (BA) às regiões graníferas do oeste da Bahia, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia. Deve ainda ser mencionado o projeto de construção do ramal ferroviário Luziânia-Unaí-Pirapora, conectando a região com a Ferrovia Vitória-Minas e com o porto de Tubarão (ES).

Na área hidroviária, merecem destaque: (i) melhorias na Hidrovia do Madeira, entre Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM); (ii) prolongamento da Hidrovia Paraná-Tietê até Ananguera (GO); (iii) investimentos na Hidrovia do Paraguai; (iv) aprofundamen-

to dos estudos de viabilidade das hidrovias do Araguaia-Tocantins e do Teles Pires-Tapajós.

Em suma, a realização desses vultosos investimentos em infraestrutura é uma condição básica para a região dar um salto em seu processo de desenvolvimento.

No setor de energia, observa-se que a matriz energética nacional deverá passar por sensível transformação nos próximos anos, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDEE 2006-2015) do Ministério das Minas e Energia. Algumas fontes, como o gás natural, a biomassa, o carvão e a nuclear, devem aumentar suas participações na matriz, com o deslocamento principalmente da energia hidráulica.

Toda a região do Brasil Central está atualmente interligada ao sistema nacional, com a recente interligação de Rondônia e do noroeste de Mato Grosso, com a conclusão da Linha de Transmissão Samuel (RO)-Jauru (MT), com 947 km de extensão.

O PDEE, em seu cenário de expansão da oferta de energia, prevê grandes investimentos na região. Em relação às usinas hidrelétricas, destacam-se as seguintes: Estreito, no rio Tocantins, com potência de 1.087 MW (operação em dezembro de 2010); Dardanelos, no rio Aripuanã, com 261 MW (operação em dezembro de 2010); Jirau, no rio Madeira, com 3.300 MW (operação em janeiro de 2011); São Salvador, no rio Tocantins, com 243 MW (operação em março de 2011); Santo Antônio, no rio Madeira, com 3.150 MW (operação em janeiro de 2012); Água Limpa, no rio das Mortes, com 320 MW (operação em maio de 2012); Serra Quebrada, no rio Tocantins, com 1.328 MW (operação em dezembro de 2012); Tocantins, no rio Tocantins, com 480 MW (operação em dezembro de 2012); Torixoréu, no rio Araguaia, com 408 MW (operação em maio de 2013); e Tupirantins, no rio Tocantins, com 620 MW (operação em novembro de 2013). Em relação às usinas termelétricas, o principal projeto é da Usina Termelétrica de Três Lagoas (MS), movida a

gás natural, com potência de 350 MW e operação em janeiro de 2008.

A ampliação da oferta de energia na região a partir do gás natural deverá ocorrer com base na disponibilidade do insumo oriundo dos campos de produção bolivianos – o gasoduto Brasil-Bolívia corta o Mato Grosso do Sul, um ramal desse gasoduto chega a Cuiabá e um outro ramal está em estudos, devendo alcançar Goiânia e Brasília, a partir de Araraquara (SP), passando pelo Triângulo Mineiro – e do campo de Urucu (AM), com a construção de um ramal do gasoduto que levará o gás até Porto Velho. Outra fonte de energia que deve experimentar forte expansão de sua oferta na região é a oriunda de biomassa, que é tratada de forma detalhada, mais adiante, quanto a seu impacto na produção agrícola.

A PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NO CENTRO-OESTE E NO DF

A Região Centro-Oeste tende a continuar sendo, pelo menos nos próximos vinte ou trinta anos, a região de melhor desempenho econômico do país, em face notadamente de seu enorme potencial no setor agropecuário (setor em que o Brasil deverá assumir uma posição de crescente destaque) e das perspectivas de desenvolvimento a ele associadas. O planejamento das ações futuras para o DF e sua região, visando à superação dos entraves a seu pleno desenvolvimento, demanda a elaboração dos possíveis cenários para as principais variáveis, particularmente demográficas e econômicas.

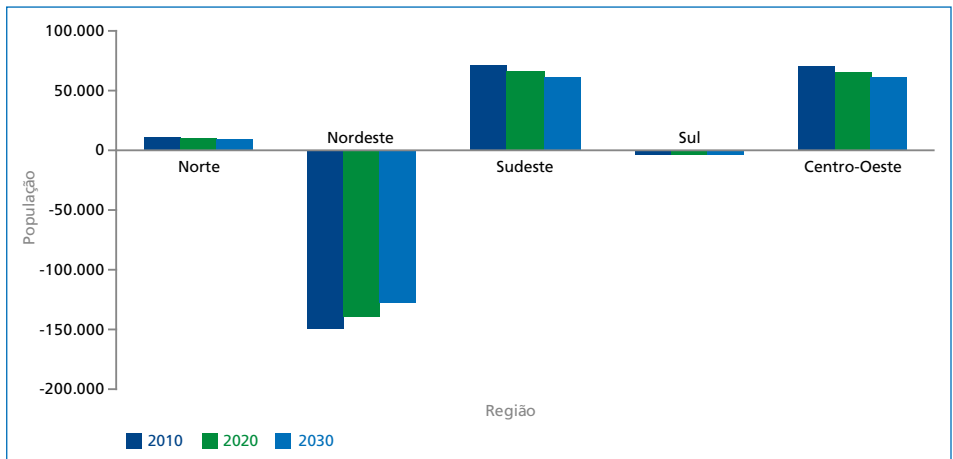
As projeções de saldo migratório anual até 2030 permitem concluir que o crescimento na região permanecerá bem acima do registrado na média do país, conforme observado o quadro (Tabela 1 e Gráfico 1).

TABELA 1 Saldo migratório anual em anos de referência

Região/UF	2010	2015	2020	2025	2030
Norte	11.147	10.754	10.360	9.966	9.572
Nordeste	(149.375)	(143.939)	(138.498)	(133.056)	(127.617)
Sudeste	71.463	68.939	66.414	63.886	61.363
Sul	(3.802)	(3.667)	(3.534)	(3.398)	(3.265)
Centro-Oeste	70.871	68.367	65.864	63.359	60.851
RO	2.037	1.966	1.894	1.822	1.749
TO	2.453	2.367	2.280	2.194	2.106
MT	8.192	7.903	7.614	7.324	7.034
GO	39.060	37.679	36.299	34.918	33.538
DF	21.261	20.509	19.758	19.007	18.255
MS	(2.132)	(2.057)	(1.981)	(1.906)	(1.831)

Fonte: IBGE.

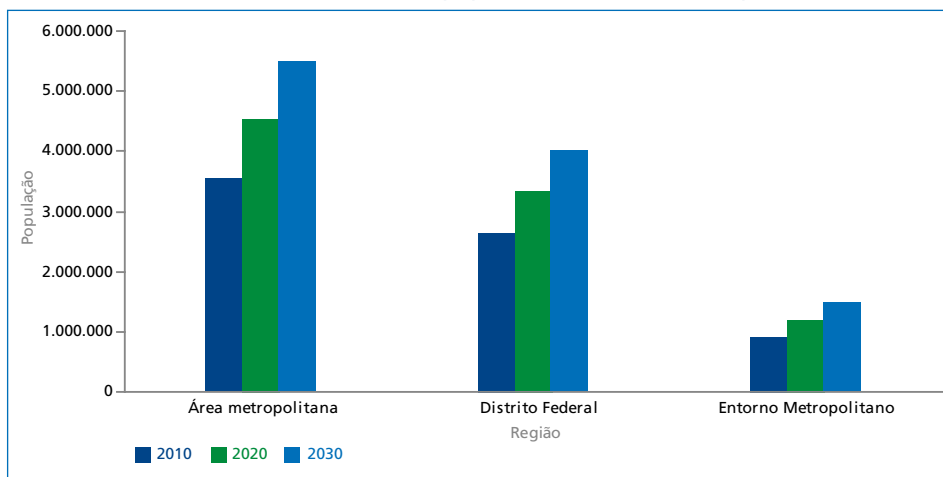
GRÁFICO 1 Saldo migratório anual em anos de referência



Fonte: IBGE.

Em relação ao DF, se mantidas as atuais tendências, a população deve alcançar cerca de 3,25 milhões de habitantes em 2020. Somando-se a estimados 1,35 milhão para os 12 municípios goianos que compõem sua periferia metropolitana, totalizaria 4,6 milhões na área metropolitana de Brasília. Em 2030, alcançaria 5,5 milhões, conforme o Gráfico 2.

GRÁFICO 2 Estimativa populacional na área metropolitana de Brasília



Fonte: Codeplan.

Para a área metropolitana de Goiânia, as projeções apontam um contingente populacional de 2,75 milhões em 2020 e de 3,4 milhões em 2030, ao passo que, para a aglomeração urbana de Anápolis, projeta-se respectivamente 500 mil e 650 mil habitantes. Dessa forma, para o Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, as projeções são de 7,85 milhões em 2020 e 9,55 milhões em 2030.

Em relação ao mercado de trabalho no DF e sua área metropolitana, mantidas as atuais tendências, a população economicamente ativa da área metropolitana deverá crescer para 2,5 milhões em 2020 (1,75 milhão no DF e 750 mil na periferia metropolitana).

A PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NO CENTRO-OESTE

Da mesma forma, é de se esperar um desempenho da economia do Centro-Oeste acima da média nacional. Conforme visto anteriormente, o PIB *per capita* do Centro-Oeste passou do equivalente a 67% da média nacional na década de 1970 para atuais 112%.

Mantida a tendência, e considerando a projeção populacional, a Tabela 2 apresenta a projeção do PIB *per capita* e do PIB da Região Centro-Oeste até 2030. Em dólares constantes de 2009, o PIB regional deverá superar em 2030 o patamar de US\$ 533 bilhões, representando quase 13% do PIB nacional.

TABELA 2 Projeção do PIB *per capita* e do PIB da Região Centro-Oeste de 2015 a 2030

	PIB <i>per capita</i> (US\$)			População (mil)	PIB (US\$ bilhões)		
	BRA	CO/BRA	CO		CO	BRA	CO/BRA
2010	10.820	115,0	12.443	17.047,0	212,1	2.089,0	10,15
2015	13.020	117,5	15.299	18.708,6	286,2	2.615,7	10,94
2020	15.930	120,0	19.116	19.952,9	381,4	3.299,7	11,56
2025	19.600	122,5	24.010	21.137,0	507,5	4.164,3	12,19
2030	24.290	125,0	30.363	22.182,0	673,5	5.257,3	12,81

Fonte: Banco Mundial e Cálculos Ibrase.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal desafio para a Região Centro-Oeste é intensificar seu processo de industrialização, buscando se inserir no “novo mapa” da localização industrial brasileira e capitalizar parte desse processo de desconcentração industrial ainda em curso.

Deve-se destacar ainda a relativa proximidade do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia com o eixo dinâmico da economia nacional. O acentuado crescimento nos últimos anos de algumas cidades médias (Joinville, Caxias do Sul, Londrina, Uberlândia, Vitória), e mesmo metrópoles (Curitiba, Campinas, Fortaleza) com base na expansão industrial, vem desmistificar o argumento de que hoje a indústria não tem maior relevância como fator de desenvolvimento econômico.

Não obstante o excepcional avanço da atividade agropecuária ocorrido nas últimas décadas, o Centro-Oeste permanece com um baixíssimo grau de industrialização, respondendo por cerca de

4% da produção industrial nacional, percentual muito inferior à participação da região no PIB nacional, de cerca de 10%.

Enfim, deve a região buscar a industrialização como forma de dar um salto qualitativo em sua estrutura produtiva, estabelecendo como meta a transposição da linha divisória do novo mapa da realocização da indústria brasileira.

REFERÊNCIAS

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. *Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia. O modelo de desenvolvimento com inclusão social e o eixo como novo vetor de expansão*. Jun. 2014. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/seminarios/EIXO/Estudo_Eixo_Brasilia-Anapolis-Goiania.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2014.

DINIZ, C. C. *A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas*. Rio de Janeiro: Ipea, 1995. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3488>. Acesso em: 6 mar. 2014.

Site consultado

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) – <www.sidra.ibge.gov.br>.

BIBLIOGRAFIA

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa>

MIRAGAYA, J. *O Eixo Brasília-Goiânia como foco dinâmico da economia do Brasil*. Brasília: Sindicato dos Economistas-DF, 2000.

_____. *Dinâmica econômica, migrações e integração do território no Centro-Oeste: o impacto do Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2003.

_____. Estratégia para o desenvolvimento de Brasília e região. In: MULHOLLAND, T.; FARIA, D. (org.). *DF em questão*. Brasília: Editora UnB, 2006.

_____. *Estratégia para o desenvolvimento sustentável de Brasília e seu entorno*. Brasília: Sebrae-DF/Ibrase, 2008.

_____. Dos bandeirantes a JK: a ocupação do Planalto Central brasileiro anterior à fundação de Brasília. In: PAVIANI, A. et al. (org.). *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010.

_____. *Transformações no Arco do Desmatamento: a expansão da pecuária bovina na Amazônia, pressões sobre o ambiente e o papel das políticas públicas na contenção do desmatamento (1990/2010)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico Sustentável) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2013.